

GISLÂNIA DE FREITAS SILVA
MÔNICA DIAS MARTINS

RESENHAS / BOOK REVIEWS

Novo olhar sobre as nacionalidades nas Américas

REFERÊNCIA: DOYLE, D. H.; PAMPLONA, M. A. (org.) **Nacionalismo no novo mundo:** a formação dos Estados-nação no século XIX. Rio de Janeiro: Record, 2008. 462 p.

O estudo das nações nas Américas baseado em sólida discussão conceitual tem sido insistente e simploriamente postergado, apesar de Benedict Anderson ter aberto possibilidades interpretativas renovadoras no tocante às manifestações nacionais de tendência republicana. Como ironiza este autor, sempre queremos acreditar que tudo de importante para a humanidade surgiu na Europa.

Finalmente, em “Nacionalismo no novo mundo”, Marco Antonio Pamplo- na (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro) e Don H. Doyle (Universidade da Carolina do Sul) fogem da rotina empobrecedora: trata-se de uma tentativa de, escapando do euro-

centrismo, fixar as especificidades dos processos nacionais americanos e oferecer novos subsídios para a compreensão teórica do nacionalismo. A coletânea reúne trabalhos apresentados em encontros internacionais e interligados pelo diálogo profícuo, no qual cada um empresta cores e vida aos demais, conferindo movimento e unidade à obra.

Os organizadores partem da ideia segundo a qual as Américas desafiam o paradigma clássico de nação (ascendência comum, passado compartilhado, tradições culturais homogêneas) por suas comunidades multiétnicas, seu fluxo constante e diversificado de imigrantes e suas idealiza-

Gislânia de Freitas Silva: Socióloga formada pela Universidade Estadual do Ceará.

Mônica Dias Martins: Professora do Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade da Universidade Estadual do Ceará.

ções nacionalistas em sociedades escravocratas. O Novo Mundo não viveu, com a mesma intensidade de outros continentes, conflitos “domésticos” ou “externos” alongados e persistentes. Aqui, as comunidades nacionais, antigas colônias, repousaram suas autoidentificações em queixas objetivas às metrópoles, mas, desconfortando os defensores do “etnonacionalismo”, os autores salientam que os “patriotas” pretendiam “ser europeus” e não brandiam suas origens étnicas como razão da luta. Anderson já sublinhara que nem mesmo a língua foi motivo de disputas, pois era a mesma do colonizador.

“O nacionalismo importa”, ensaio de Craig Calhoun (Universidade de Nova York), enriquece sobremaneira a reflexão teórica sobre as nacionalidades. Na premissa do autor, o nacionalismo é uma “formação discursiva” que configura o mundo moderno (p.37). As nações não existem “realmente” antes de existirem em termos discursivos: o nacionalismo organiza o sentido que as pessoas possuem do seu lugar no mundo e, portanto, deve ser apreendido em suas formas mais banais. Após criticar grandes equívocos da concepção europeia de nação, Calhoun afirma que, nas Américas, o nacionalismo emerge tanto do intercâmbio interamericano como das relações com a Europa, jamais manifes-

tando caráter essencialmente “doméstico” (p.49).

Três promissores artigos examinam a guerra de libertação nas treze colônias britânicas. T. H. Breen (Universidade Northwestern) discute os laços entre o nacionalismo e o pensamento político, rejeitando estudos que se debruçam sobre ideias abstratas de genealogias políticas deixando ao largo a autoidentificação ou se prendendo obsessivamente a esta. Para Breen, há mais a ganhar verificando a conjuntura específica do nacionalismo e como esse interagiu com ideias políticas em ambientes cultural, espacial e temporalmente diversos. O nacionalismo não cria pensamento político, mas trabalha com os recursos culturais existentes e empresta intensidade a ideias não necessariamente novas; à medida que muda o contexto histórico, muda também o discurso nacional (p.93). Durante a Revolução americana, assevera Breen, o “capitalismo de imprensa” foi vital para a participação popular na construção da nacionalidade.

As conexões entre a identidade britânica e as identidades provinciais no período revolucionário são averiguadas por Jack P. Greene (Universidade John Hopkins). Conforme sublinhara Calhoun, os Estados europeus se firmaram paralelamente à expansão de seus impérios ultramarinos. Amparado em volumosa correspondência dos

líderes da resistência colonial, Greene mostra que as distintas e arraigadas identidades dos Estados fundadores da Federação influenciaram intensamente, e ao longo de décadas, as formulações políticas norte-americanas bem como a natureza do governo nacional (p.115). Susan-Mary Grant (Universidade de Newcastle-upon-Tyne) completa o quadro interpretativo com um cuidadoso exame da Guerra de Secessão e do seu papel na configuração de “um nacionalismo americano robusto e abrangente” (p. 129). A autora ressalta que o debate sobre o significado do conflito bélico para a nacionalidade americana foi abafado na produção acadêmica, só merecendo atenção nos aspectos puramente militares. De modo a suprir tal lacuna na história dos Estados Unidos, Grant explora as cartas de soldados, além das obras literárias de Mark Twain e Walt Whitman, revelando as percepções contraditórias acerca da “causa nacional”.

O complexo caso do nacionalismo canadense, forjado por lealdades conflitantes em relação à França e ao Reino Unido, é o tema de Phillip Buckner (Universidade de New Brunswick). Assim como seus vizinhos do sul, o Canadá acolheu imigrantes europeus com predomínio daqueles de nacionalidade francesa. Sob domínio britânico, a comunidade franco-canadense lutou pela preservação da sua identi-

dade cultural; Quebec, antiga “Nova França”, cuja população se manteve relativamente homogênea, continua a desafiar a unidade nacional mediante forte movimento emancipacionista. Segundo Buckner, “ainda não está claro se a nação quebequense permanecerá como parte de um Canadá multicultural” (p.161).

As migrações também animam os ensaios que enfocam a formação nacional na Argentina. Enquanto Jorge Myers (Universidad Nacional de Quilmes) discorre sobre a importância da primeira geração de literatos e seu projeto de nacionalização da cultura, centrado na consolidação de uma língua “argentina”, Jeane Delaney (Saint Olaf College) ressalta a ascensão de um discurso nacionalista que, sob o impacto do fluxo de imigrantes, predominantemente italianos ao final do século XIX, dissemina a ideia de “raza argentina” unificada. Defensores de um nacionalismo cultural inspirado nas correntes etnonacionalistas europeias, os “novos românticos” valorizaram a concepção dita “primordialista” de nação (p. 216), em contraposição aos intelectuais da Geração de 1837, com sua perspectiva de “nação-mundo” (p.201) e seus louvores ao cosmopolitismo “inerente” à identidade argentina.

Em seu estudo do caso colombiano, Hayley Froyland (Universidade

South Bend de Indiana) retrata o período denominado *La regeneración* (1884-1900). A “regeneração” da raça e da nação requeria não apenas um governo forte e reformas políticas, mas o aprimoramento “moral” das classes baixas da sociedade (p. 242). Na Colômbia, a elite branca e católica se autoimaginava “digna, piedosa e imaculada”, tomando para si a responsabilidade de orientar os *mestizos*, “pobres, doentes e degenerados”, e incorporá-los à comunidade nacional. Observa o autor que essas relações, impregnadas de paternalismo e justificadas pela crença nas desigualdades “naturais”, serviram para reproduzir a ordem social hierárquica e manter a coesão nacional até a irrupção da guerra civil, em 1946.

Eric Van Young (Universidade da Califórnia) aborda a independência na “Nova Espanha” tentando contraditar Benedict Anderson. Entretanto, revela amparos teóricos confusos e inconsistentes. O Estado-nação, por exemplo, é conceituado como “grande tribo inventada” (p.265), sem explicar o que isso significa. No plano empírico, Young identifica dois movimentos distintos: o “projeto nacionalista” da elite letrada e o que seria uma “visão de mundo” das camadas populares, compostas majoritariamente por indígenas. Sua pretensão é traçar uma linha explicativa para uma inexisten-

te contradição: o surgimento de uma nação mesmo sendo o sentimento nacionalista pouco difundido (p.275). O autor apresenta elementos do que considera ser o “nacionalismo crioulo” no México para, em seguida, delinear o quadro sociocultural das aspirações campestres no contexto da insurreição. Mas resvala para uma desclassificação dos “insurretos populares” (“messiânicos”, “milenaristas”, “ingênuos”), mostrando apego à percepção conservadora da formação social latino-americana. Faria bem a Young uma atualização na teoria política e antropológica.

Os ensaios de Wilma Peres Costa (Universidade de Campinas) e de Hendrik Kraay (Universidade de Calgary) versam sobre a nacionalidade brasileira. Costa sublinha o papel das narrativas de viajantes estrangeiros, em particular de Saint-Hilaire, sobretudo no tocante à configuração de uma imagem do Brasil que propiciasse seu reconhecimento como membro do sistema internacional de Estados (p.324). Já Kraay pondera acerca dos rituais cívicos no Primeiro Reinado e sua contribuição para a identidade brasileira. Tendo como principal fonte de pesquisa jornais da época, os autores argumentam que a imprensa e as festas cívicas interagiram para modelar a compreensão do Brasil nação (p.330).

O relato da experiência no qual a

grande população indígena e mestiça da Bolívia atuou como construtora da nacionalidade constitui o ponto alto do ensaio de Heather Thiessen-Reiley (Western State College do Colorado). A autora enfatiza as iniciativas do Presidente Manuel Isidoro Belzú (1848-1855) para “forjar uma nação de todos os bolivianos”, sobreposta a etnias e classe sociais. Além de cunhar moedas e desenvolver símbolos heráldicos, como a bandeira, o hino e o brasão, que inspirassem orgulho nacional e identificação com o futuro da pátria, Belzú recorreu a elementos da tradição, criando “laços com os múltiplos passados da Bolívia” (p.359). Obviamente, seu projeto de soberania popular sofreria contundente resistência da elite crioula.

A coexistência da escravidão com o esforço de disseminação do sentimento comunitário nacional, tema dos mais complexos e inexplorados, constituíram o objeto de interesse de Bárbara Weinstein (Universidade de Maryland) e Gary Gerstle (Universidade de Maryland), que desenvolveram abordagens comparativas. Para Weinstein, “mais do que processos paralelos com lógicas inteiramente separadas, os discursos sobre a nação e sobre a escravidão participavam da elaboração um do outro” (p.397). Ao analisar a ideologia escravagista no Brasil e nos Estados Unidos, as autoras

destacam a diferença de pontos de vista e de atitudes das elites, assim como seus reflexos na trajetória das duas nações. Enquanto os brasileiros encravavam o trabalho escravo como um “mal necessário” e temporário, a sociedade sulista o considerava permanente e menos desumano do que o assalariamento capitalista.

Gerstle examina as concepções de raça e nação que circulavam em Cuba, México e Estados Unidos no período de 1880 a 1940. Seu objetivo é, a partir do jogo de forças entre a potência emergente e seus vizinhos, apreender as tentativas de repúdio dos nacionalistas cubanos e mexicanos à preleção imperialista assentada em argumentos raciais. A política de imigração nos EUA, a celebração da mestiçagem no México e a “isenção do conceito de raça” em Cuba (p.432) exemplificariam as idealizações em vista de uma nacionalidade homogênea.

“Nacionalismo no novo mundo” põe em evidência o século XIX, fase extremamente rica em termos do surgimento de um imaginário anticolonial. Doutrinas e anseios internacionalistas e nacionalistas se mesclavam nos círculos intelectuais. Na introdução, os organizadores consideram “o nacionalismo americano parte de um grande desdobramento transatlântico” e diversos ensaios apontam para os nexos entre a internacionalidade e os

processos nacionais. Inquietações similares norteiam os estudos desenvolvidos no âmbito do Observatório das Nacionalidades. Sustentamos que a nação se organiza para integrar a comunidade global e sua existência requer certo grau de dependência a um pacto estabelecido pelos Estados nacionais e por uma ampla gama de atores internacionais.

As páginas deste empreendimento liderado por Don Doyle e Marco Pampolona ajudam a pensar em um dos maiores desafios aos que lidam com a formação das comunidades nacionais: o papel dos “de baixo”, para usar palavras de Hobsbawm, no processo. Discriminações (sejam elas de raça, gênero, religião, etc.) desafiam a unidade sugerida pelas nações, mas a promessa de direitos embutida nesta entidade complexa que legitima o Estado moderno constitui poderoso estímulo à coesão nacional. Esta coletânea enriquece a compreensão das Américas e certamente alimentará o debate teórico entre os que evitam oferecer explicações simplórias sobre as nacionalidades.